


ILMA. SRA. JULIANA PAULA CHAVES FURQUIM, PREGOEIRA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ/GO

Pregão Presencial nº 11/2017

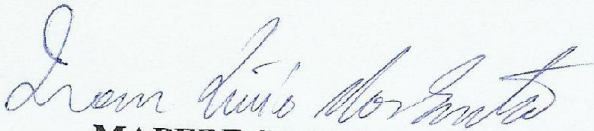
 MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38, com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 18º andar, São Paulo/SP, com endereço eletrônico “esclarecelicita@bbmapfre.com.br”, vem, por seu representante legal, com fulcro nos arts. 109, I, “a”, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações) e 4º, XVIII, da Lei 10.520/02 (Lei do Pregão) e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, interpor **RECURSO** contra o ato praticado pela r. Pregoeira e sua equipe no apoio na condução do processo licitatório em epígrafe, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

Na remota hipótese de ser negado provimento a este recurso, solicita, subsidiariamente, a revogação do procedimento licitatório, com aplicação do princípio da AUTOTUTELA, previsto no art. 49 da Lei de Licitações, preservando o interesse Público, a Administração e o erário.

Isso, porque a manutenção da decisão recorrida, além de afrontar os mais mezinhos princípios administrativos, imporá a contratação por preço muito superior ao que seria obtido com a contratação da recorrente, vez que ofertou o menor preço e sagrou-se vencedora no certame.

Requer, desde já, o recebimento deste recurso no efeito suspensivo, nos termos do art. 109, § 2º, da Lei 8.666/93.

São Paulo, 14 de dezembro de 2017.


MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

[61.074.175/0001-38]

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

Av. das Nações Unidas, 11711

B. Brooklin - CEP 04578-000

[SÃO PAULO — S.P.]





I – LEGITIMIDADE DA RECORRENTE,
CABIMENTO DO RECURSO E EFEITO SUSPENSIVO

Por ter participado do processo licitatório em epígrafe e ter manifestado sua intenção de recorrer, a recorrente tem legitimidade para, servindo-se deste recurso, questionar a decisão que a inabilitou no certame, nos termos do instrumento convocatório e do art. 109, I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93.

O recurso interposto nessa hipótese deve ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo, de acordo com o art. 109, § 2º, da Lei nº 8.666/93:



“art. 109, § 2º - O recurso previsto nas alíneas “a” e “b” do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.” (g.n.)

Portanto, de rigor a suspensão do certame até o julgamento definitivo deste recurso pela autoridade competente.

II - FATOS


Esta licitação foi promovida para contratar seguro para a frota deste r. órgão.

Na sessão realizada no dia **12.12.2017**, compareceram ao certame, a recorrente e outras duas participantes.

Na fase de lances, a recorrente se sagrou vencedora, apresentando proposta mais vantajosa à Administração Pública, em conformidade com o princípio da economicidade.

Não obstante, na fase de habilitação, foi indevidamente inabilitada, sob o entendimento de que estaria impedida de participar de licitações junto à Administração Pública, por conta de penalidade aplicada, isoladamente, pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Entretanto, tal decisão não deve ser mantida, pois a penalidade aplicada pelo Estado do Rio Grande do Sul está SUSPensa por força da decisão judicial proferida nos autos de ação anulatória de ato administrativo.

 Portanto, com o devido respeito, a r. decisão merece reforma.

III – SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA PENALIDADE APLICADA PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A recorrente foi inabilitada sob o entendimento de que estaria suspensa de licitar com a Administração Pública em decorrência da penalidade imposta pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Contudo, os efeitos de tal penalidade foram SUSPENSOS por força da decisão proferida nos autos da ação anulatória de ato

administrativo ajuizada em face do Estado do Rio Grande do Sul, perante 5ª
Vara da Fazenda Pública da Porto Alegre, proferida nos seguintes termos:

“No caso em tela, ao que tudo indica, a autora tão somente deixou de entregar documentação exigida nos editais nos prazos lá estabelecidos, sendo inabilitada dos certames, sem que houvesse maiores prejuízos à Administração Pública, haja vista que os objetos foram adjudicados por outras empresas.

Em consequência, em sede de antecipação de tutela, entendo que a sanção importa à autora é desproporcional e desarrazoada, devendo ser suspensa até o julgamento final da demanda, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade, que deve reger a Administração Pública, com fulcro no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal. Já no que se refere ao perigo de dano, o prazo de não licitar estabelecido na via administrativa causará grande prejuízo financeiro à empresa. (...)

Diante do exposto, em face da presença dos elementos inculpidos no artigo 300 do NCPC, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de antecipação de tutela, apenas para que seja suspensa a sanção administrativa de impedimento temporário de participação em licitação e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul pelo prazo de 06 meses, (...).” (proc. nº 9058354-07.2017.8.21.0001, g.n. - doc. 1)

Com efeito, a inabilitação da recorrente merece reforma, sob pena de afrontar decisão judicial.

Até porque, a habilitação da recorrente é de interesse público, já que ofertou o melhor lance.

Nesse sentido, em atenção ao preceito da escolha da proposta mais vantajosa à Administração Pública e à ordem judicial que

suspendeu os efeitos da penalidade imposta à recorrente, de rigor, com o devido respeito, a reforma da r. decisão recorrida, a fim de declarar a recorrente vencedora do certame.

IV – PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA

A despeito do acima exposto, a manutenção da decisão recorrida, sob pena de afrontar, os princípios da economicidade e vantajosidade.

Basta verificar que a penalidade de suspensão do direito de licitar imposta à recorrente, ainda que restrita ao Estado do Rio Grande do Sul, encontra-se com seus efeitos SUSPENSOS.

Para preservar os interesses públicos nestas situações, a autoridade pública deve exercer a autotutela, revogando seus próprios atos.

De resto, essa é matéria pacífica e sumulada pelos Tribunais Superiores:

Súmula 473/STF: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Súmula 346/STJ: “A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.”

Na hipótese desse recurso, a inobservância dos mais comezinhos princípios constitucionais que regem o processo licitatório ensejará a contratação por preço muito superior ao que se obteria com a adjudicação da recorrente como vencedora, vez que ofertou o melhor lance.

Isso, de resto, não condiz com o objetivo do procedimento licitatório, que é a contratação da proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Como se vê, é de rigor o provimento deste recurso, a fim de reformular a r. decisão, habilitando e adjudicando a licitante como vencedora do certame, em prol do interesse Público e do erário.



V - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, requer:

- (i) o recebimento do recurso no efeito suspensivo;
- (ii) o provimento do recurso, para reformar a decisão recorrida, determinando a habilitação e adjudicação da recorrente como vencedora, a fim de contratar a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Caso este não seja o entendimento desta D. Comissão, o que se cogita por mero argumento, solicita o encaminhamento do feito à autoridade superior para ciência dos atos praticados.

Solicita, ainda, cópia integral dos autos para instruir eventuais medidas junto ao Tribunal de Contas e ao Poder Judiciário.

São Paulo, 14 de dezembro de 2017.

Renato de Santo

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

[61.074.175/0001-38]

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

Av. das Nações Unidas, 11711

B. Brooklin - CEP 04578-000

[SÃO PAULO — S.P.]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
IVAN LUCIO DOS SANTOS

DOC. IDENTIDADE / CDS EMISSOR DE
MG9301246 SSP MG

CPF
062.986.866-22

DATA NASCIMENTO
16/12/1985

FLICAÇÃO
LUCIO NUNES DOS SANTOS
JANDIRA FAUSTINA DOS SANTOS

Nº REGISTRO
02230135971

VALIDADE
09/05/2022

1ª HABILITAÇÃO
20/07/2004

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO
10/05/2017

ASSINATURA DO EMISSOR

58108603383
MG512983356

MINAS GERAIS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1473007865

PROIBIDO PLASTIFICAR
1473007865

Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO

Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.

Dou fe, Gladyston Silva de Oliveira, Escrevente

Etiqueta Nº.: 1823714257, Belo Horizonte, 28/09/2017 14:21:57

[736571-132] - EMOL: 4,90 - TFPQ: 1,49 - TOTAL: 6,39

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA ATÓ NO SITE WWW.SOFICIDH.COM.BR

79-6200

